

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 09/2022
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: Aquisição de veículo de passeio, zero quilômetro, tipo sedan, motor híbrido flex, na cor preta para utilização como carro oficial, destinado a Câmara Municipal de Santa Gertrudes conforme especificações constantes no Anexo I – Memorial Descritivo.

DATA DA REALIZAÇÃO: 15/03/2022.

HORÁRIO DE INÍCIO DA SESSÃO: 09 HORAS.

LOCAL DE REALIZAÇÃO DA SESSÃO: Rua São Pedro, 400, Jardim Luciana- Santa Gertrudes/SP

A Câmara Municipal de Santa Gertrudes localizada na Rua São Pedro, 400, Jardim Luciana, Santa Gertrudes, SP, CEP 13513-156, no telefone: (19) 3545-1305, vem comunicar que a sessão será conduzida pelo Pregoeiro, com o auxílio da Equipe de Apoio, designados por meio da Portaria nº 03/2022. Os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos pelo pregoeiro e equipe de apoio na sessão de processamento logo após o credenciamento dos interessados.

ESCLARECIMENTOS: Sede da Câmara Municipal, localizada na Rua São Pedro, 400, Jardim Luciana, Santa Gertrudes, SP, CEP 13513-156, no telefone: (19) 3545-1305, e-mail: edilsonmarques@camarasg.sp.gov.br.

O Excelentíssimo Presidente da Câmara Municipal de Santa Gertrudes torna público que se acha aberta nesta Câmara Municipal, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, conforme estabelecido neste instrumento convocatório.

Este certame será regido pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal 3.180, de 07 de julho de 2017 e suas alterações, aplicando-se, subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Integram este Edital os Anexos de I a VIII.

As propostas deverão obedecer às especificações e exigências constantes deste instrumento convocatório, bem como as do Anexo I - Memorial Descritivo.

A despesa total, estimada em R\$ 190.663,33 (Cento e noventa mil, seiscentos e sessenta e três reais e trinta e três centavos), sendo este o valor unitário estimado, onerará os recursos orçamentários e financeiros reservados na Funcional Programática: 01.031.000.2001.0000 – Legislativo - Elemento: 4.4.90.52.00 – Equipamentos e Materiais Permanentes.

1. CONSIDERAÇÃO INICIAL

1.1 - O objeto contratado em decorrência da presente licitação poderá sofrer, nas mesmas condições, acréscimos ou supressões nos termos do artigo 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93.

2.PARTICIPAÇÃO

2.1 Poderão participar desta licitação as empresas do ramo de atividade pertinente ao objeto licitado e que atendam aos requisitos de habilitação previstos neste Edital.

2.2 Não será permitida a participação de empresas:

2.2.1 Estrangeiras que não funcionem no País;

2.2.2 Reunidas sob a forma de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;

2.2.3 Suspensas temporariamente para licitar e impedidas de contratar com esta Administração nos termos do inciso III do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações;

2.2.4 Impedidas de licitar e contratar nos termos do artigo 7º da Lei nº 10.520/02;

2.2.5 Declaradas inidôneas pelo Poder Público e não reabilitadas.

3.CREDENCIAMENTO

3.1 Por ocasião da fase de credenciamento, os licitantes deverão observar as seguintes disposições:

3.1.1 – Quanto aos representantes:

Tratando-se de **Representante Legal** (sócio, dirigente ou assemelhado), instrumento constitutivo da empresa registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

Tratando-se de **Procurador**, instrumento público de procuração ou instrumento particular com firma reconhecida do representante legal que o assina, do qual constem poderes específicos para formular ofertas e lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição, bem como praticar todos os demais atos pertinentes ao certame. No caso de instrumento particular, o procurador deverá apresentar instrumento constitutivo da empresa na forma estipulada no subitem “a”;

O representante (legal ou procurador) da empresa interessada deverá identificar-se exibindo documento oficial que contenha foto;

O licitante que não contar com **representante** presente na sessão ou, ainda que presente, não puder praticar atos em seu nome por conta da apresentação de documentação defeituosa, ficará impedido de participar da fase de lances verbais, de negociar preços, de declarar a intenção de interpor ou de renunciar ao direito de interpor recurso, ficando mantido, portanto, o preço apresentado na proposta escrita, que há de ser considerada para efeito de ordenação das propostas e apuração do menor preço;

Encerrada a fase de credenciamento pelo Pregoeiro, não serão admitidos credenciamentos de eventuais licitantes retardatários;

Será admitido apenas 1 (um) **representante** para cada licitante credenciado, sendo que cada um deles poderá representar apenas um licitante credenciado.

3.1.2 - Quanto ao pleno atendimento aos requisitos de habilitação:

Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação e inexistência de qualquer fato impeditivo à participação, que deverá ser feita de acordo com o modelo estabelecido no **Anexo IV** deste Edital, e apresentada **FORA** dos Envelopes nº 1 (Proposta) e nº 2 (Habilitação).

3.1.3 - Quanto às microempresas e empresas de pequeno porte:

Declaração de microempresa ou empresa de pequeno porte visando ao exercício dos direitos previstos nos artigos 42 a 45 da Lei Complementar nº 123/06, que deverá ser feita de acordo com o modelo estabelecido no **Anexo V** deste Edital, e apresentada **FORA** dos Envelopes nº 1 (Proposta) e nº 2 (Habilitação).

4.FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

A Proposta e os Documentos de Habilitação deverão ser apresentados separadamente, em **dois envelopes** fechados e indevassáveis, contendo em sua parte externa os seguintes dizeres:

DENOMINAÇÃO DA EMPRESA
ENVELOPE Nº 1 – PROPOSTA
PREGÃO Nº 001/2018
PROCESSO ADM Nº 01/2018

DENOMINAÇÃO DA EMPRESA
ENVELOPE Nº 1 – HABILITAÇÃO
PREGÃO Nº 001/2018
PROCESSO ADM Nº 01/2018

5.PROPOSTA

5.1 O Anexo II deverá ser utilizado para a apresentação da Proposta, digitado, impresso ou preenchido a mão de forma legível, em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas, sem ofertas alternativas, datado e assinado pelo representante legal do licitante ou pelo procurador.

5.2 Não serão admitidas, posteriormente, alegações de enganos, erros ou distrações na apresentação das propostas comerciais, como justificativas de quaisquer acréscimos ou solicitações de reembolsos e indenizações de qualquer natureza.

5.3 Deverão estar consignados na proposta:

5.3.1- A denominação, endereço/CEP, telefone, e-mail e CNPJ do licitante;

5.3.2 - Preço unitário e valor total do item em algarismos, e preço unitário por extenso, expressos em moeda corrente nacional, apurados à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária, incluindo, além do lucro, todas as despesas resultantes de impostos, taxas, tributos, frete e demais encargos, assim como todas as despesas diretas ou indiretas relacionadas com o integral fornecimento do objeto da presente licitação:

- a) O preço ofertado é fixo e irrevogável e deverá corresponder aos preços finais, considerados benefícios tais como isenções, imunidades ou outros de qualquer natureza;
- b) Para os licitantes que fizerem lances será considerado o último valor ofertado.

5.3.3 - Marca/modelo que identifiquem os veículos cotados;

5.3.4 - Prazo de garantia dos veículos que não poderá ser inferior a **36 (trinta e seis) meses contados da data de emissão do Atestado de Recebimento**.

5.3.5 - Validade da proposta de, no mínimo, **60 (sessenta) dias** contados a partir da data de sua apresentação;

5.3.6 - Prazo de entrega do veículo, **de até 90 (noventa) dias corridos contados** a partir da data de publicação do extrato do contrato; podendo ser prorrogado por caso fortuito.

- a) Local de entrega (concessionária na cidade circunvizinha de Santa Gertrudes - SP ou na sede da Câmara Municipal de Santa Gertrudes-SP);

5.3.7 - Declaração impressa na proposta de que os veículos ofertados atendem todas as especificações exigidas no Anexo I - Memorial Descritivo;

5.3.8 - Declaração impressa na proposta de que o preço apresentado contempla todos os custos diretos e indiretos incorridos na data da apresentação desta proposta incluindo, entre outros: tributos, encargos sociais, material, despesas administrativas, seguro, frete e lucro;

5.4 - Apresentação de catálogos técnicos contendo as características dos veículos ofertados, prazo de garantia, quilometragem para as devidas revisões, bem como relação de todas as cidades do Estado de São Paulo atendidas por concessionárias, oficinas técnicas autorizadas, ou ainda, unidades móveis;

5.4.1 - Indicar site do fabricante do veículo ofertado.

6.DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

Para a habilitação todos licitantes, inclusive as microempresas e empresas de pequeno porte, deverão apresentar a Documentação Completa, na seguinte conformidade:

6.1 – HABILITAÇÃO JURÍDICA, conforme o caso:

- a) Em se tratando de sociedades empresárias ou simples, o ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial ou no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, nos termos da lei e conforme o caso, e, ainda, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- b) Os documentos descritos no item anterior deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva, conforme legislação em vigor;
- c) Decreto de autorização e Ato de Registro ou Autorização para Funcionamento expedido pelo órgão

competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir;

- d) Os documentos relacionados no subitem “a” não precisarão constar do Envelope nº 2 - Habilitação se tiverem sido apresentados para o credenciamento neste Pregão.

6.2 – REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

6.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);

6.2.2. Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente na forma da lei, mediante a apresentação das seguintes certidões:

6.2.3. Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal;

6.2.4. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio da apresentação do CRF - Certificado de Regularidade do FGTS;

6.2.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT ou Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeitos de Negativa, em cumprimento à Lei nº 12.440/2011 e à Resolução Administrativa TST nº 1470/2011;

6.2.6. A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de **assinatura do contrato**;

6.2.6.1. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;

6.2.6.2. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, a contar da publicação da homologação do certame, prorrogáveis por igual período, a critério desta Câmara, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

6.2.6.3. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem g.2, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, procedendo-se à convocação dos licitantes para, em sessão pública, retomar os atos referentes ao procedimento licitatório, nos termos do artigo 4º, inciso XXIII da Lei nº 10.520/02.

6.3 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO – FINANCEIRA

6.3.1. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, cuja pesquisa tenha sido realizada em data não anterior a 90 (noventa) dias da data prevista para a apresentação dos envelopes.

6.3.1.1. Para as empresas em recuperação judicial será obrigatória a apresentação do Plano de Recuperação Judicial vigente e homologado pelo Juízo competente.

6.4 – DOCUMENTAÇÕES COMPLEMENTARES

- a)** Declaração do licitante, elaborada em papel timbrado e subscrita por seu representante legal, de que observa o disposto no inc. XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, relativo à proteção ao trabalho do menor e do adolescente, conforme modelo (Anexo VI deste Edital);
- b)** Termo de Ciência e de Notificação de Contratos ou Atos Jurídicos Análogos (Anexo VII).

6.5 – DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

6.5.1 - Os documentos poderão ser apresentados no original, por qualquer processo de cópia, autenticada por cartório competente, ou mesmo cópia simples, desde que acompanhada do original para que seja autenticado pelo Pregoeiro ou por um dos membros da Equipe de Apoio no ato de sua apresentação;

6.5.2 - Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos ora exigidos, inclusive no que se refere às certidões;

6.5.3 - Na hipótese de não constar prazo de validade das certidões apresentadas, esta Câmara Municipal aceitará como válidas as expedidas até **90 (noventa) dias** imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas;

6.5.4 - Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

- a)** Caso o licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante desta licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda documentação de ambos os estabelecimentos.

6.5.5 - Se algum documento apresentar falha não sanável na sessão acarretará a **inabilitação** do licitante;

6.5.6 - O Pregoeiro ou a Equipe de Apoio diligenciará efetuando consulta direta na internet nos sites dos órgãos expedidores para verificar a veracidade dos documentos obtidos por este meio eletrônico.

7. PROCEDIMENTO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

7.1 - No horário e local indicados neste Edital será aberta a sessão pública, iniciando-se pela fase de credenciamento dos licitantes interessados em participar deste certame, ocasião em que serão apresentados os documentos indicados no item 3.1.

7.2 - Encerrada a fase de credenciamento, os licitantes entregarão ao Pregoeiro os **envelopes nº 1 e nº 2**, contendo, cada qual, separadamente, a Proposta de Preços e a Documentação de Habilitação, momento em que o pregoeiro também receberá da Secretaria da Câmara Municipal os envelopes protocolados por correio;

7.3 - O julgamento será feito pelo critério de **menor preço unitário/global do item único**, observadas as especificações técnicas e parâmetros mínimos de qualidade definidos neste Edital e anexos;

7.3.1- Havendo divergência entre os valores, prevalecerá o valor do item único por extenso. As correções efetuadas serão consideradas para apuração do valor da proposta.

7.4 - A análise das propostas pelo Pregoeiro visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo **desclassificadas** as propostas:

7.4.1- Cujo objeto não atenda às especificações, prazos e condições fixados neste Edital;

7.4.2- Que apresentem preço ou vantagem baseados exclusivamente em proposta ofertada pelos demais licitantes;

7.4.3- Que contiverem cotação de objeto diverso daquele constante neste Edital.

7.5- Na hipótese de **desclassificação** de todas as propostas, o Pregoeiro dará por encerrado o certame, lavrando-se ata a respeito.

7.6- As propostas classificadas serão selecionadas para a etapa **de lances**, com observância dos seguintes critérios:

7.6.1- Seleção da proposta de menor preço e das demais com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela;

7.6.2- Não havendo pelo menos **três** propostas nas condições definidas no item anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de **três**. No caso de empate das propostas, serão admitidas todas estas, independentemente do número de licitantes;

7.6.3- O Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma verbal e seqüencial, a partir do autor da proposta de maior preço e, os demais, em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de **sorteio** no caso de empate de preços;

a) O licitante sorteado em primeiro lugar escolherá a posição na ordenação de lances em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.

7.7 - Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço, observada a **redução mínima de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais)**.

7.8 - A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances.

7.9 - Se houver **empate**, será assegurado o **exercício do direito de preferência** às microempresas e empresas de pequeno porte, nos seguintes termos:

7.9.1 - Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5 % (cinco por cento) superiores à proposta melhor classificada;

7.9.2- A microempresa ou empresa de pequeno porte cuja proposta for mais bem classificada poderá

apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da fase de lances, situação em que sua proposta será declarada a melhor oferta;

- a) Para tanto, será convocada para exercer seu direito de preferência e apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, a contar da convocação do Pregoeiro, sob pena de preclusão;
- b) Se houver equivalência dos valores das propostas apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 7.9.1 será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá exercer a preferência e apresentar nova proposta;

b1) Entende-se por equivalência dos valores das propostas as que apresentarem igual valor, respeitada a ordem de classificação.

7.9.3- O exercício do direito de preferência somente será aplicado quando a melhor oferta da fase de lances não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte;

7.9.4- Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, retomar-se-ão, em sessão pública, os procedimentos relativos à licitação, nos termos do quanto disposto no artigo 4º, inciso XXIII, da Lei nº 10.520/02, sendo assegurado o exercício do direito de preferência na hipótese de haver participação de demais microempresas e empresas de pequeno porte cujas propostas se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 7.9.1;

- a) Não configurada a hipótese prevista neste subitem, será declarada a melhor oferta aquela proposta originalmente vencedora da fase de lances.

7.10- Após a fase de lances serão classificadas na ordem crescente dos valores, as propostas não selecionadas por conta da regra disposta no item 7.6.1, e aquelas selecionadas para a etapa de lances, considerando-se para estas, o último preço ofertado.

7.11- Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o licitante desistente às penalidades legais cabíveis.

7.12- O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço.

7.13- Após a negociação, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.

7.14- Considerada aceitável a oferta de menor preço, no momento oportuno, a critério do Pregoeiro, será verificado o atendimento do licitante às condições habilitatórias estipuladas neste Edital.

7.15- Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades nos documentos de habilitação efetivamente entregues, poderão ser saneadas na sessão pública de processamento do Pregão, até a decisão sobre a habilitação, sendo vedada a apresentação de documentos novos.

7.16- A verificação será certificada pelo Pregoeiro, anexando aos autos documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada.

7.17- Esta Câmara Municipal não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos de informações, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, o licitante será inabilitado.

7.18- Constatado o atendimento pleno aos requisitos de habilitação previstos neste Edital, o licitante será **habilitado e declarado vencedor**.

7.19- Se a oferta de menor preço não for aceitável, ou se o licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará as ofertas subseqüentes, na ordem de classificação, podendo negociar com os respectivos autores, até a apuração de uma proposta que, verificada sua aceitabilidade e a habilitação do licitante, será declarada vencedora.

7.20- Da sessão será lavrada ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes.

7.21- O Pregoeiro, na fase de julgamento, poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas, da documentação, e declarações apresentadas, devendo os licitantes atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação.

8.IMPUGNAÇÕES AO EDITAL, RECURSOS, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

8.1- Até dois dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão.

8.2- Eventual impugnação deverá ser dirigida ao subscritor deste Edital e protocolada na sede da Câmara Municipal de Santa Gertrudes – SP.

8.2.1- Acolhida a petição contra o ato convocatório, em despacho fundamentado, será designada nova data para a realização deste certame.

8.3- A entrega da proposta, sem que tenha sido tempestivamente impugnado este Edital, implicará na plena aceitação, por parte das interessadas, das condições nele estabelecidas.

8.4- Dos atos do Pregoeiro cabe recurso, devendo haver manifestação verbal imediata na própria sessão pública, com o devido registro em ata da síntese da motivação da sua intenção, abrindo-se então o prazo de três dias que começará a correr a partir do dia em que houver expediente neste Legislativo para a apresentação das razões, por meio de memoriais, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões, em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;

8.4.1- Na hipótese de interposição de recurso, o Pregoeiro encaminhará os autos, devidamente fundamentados à autoridade competente;

8.4.2- O recurso contra decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo e o seu acolhimento resultará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

8.4.3- Os recursos devem ser protocolados na sede da Câmara Municipal, localizada na Rua São Pedro, 400, Jardim Luciana, Santa Gertrudes – SP, aos cuidados da Comissão Permanente de Licitações e dirigidos ao Presidente deste Legislativo.

8.5- Admite-se impugnação e recursos por intermédio de e-mail: edilsonmarques@camarasg.sp.gov.br, ficando a validade do procedimento condicionada à protocolização do original, no respectivo setor no prazo de 48 horas.

8.6- Uma vez decididos os recursos administrativos eventualmente interpostos e, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente, no interesse público, adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento licitatório.

8.7- A ausência de manifestação imediata e motivada pelo licitante na sessão pública importará na decadência do direito de recurso, na adjudicação do objeto do certame à licitante vencedora e no encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.

9.CONTRATAÇÃO

9.1- A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante celebração de termo de contrato, cuja minuta integra este Edital como Anexo III;

9.1.2- Se, por ocasião da formalização do contrato, as certidões de regularidade de Débitos Trabalhistas - CNDT ou Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeitos de Negativa, em cumprimento à Lei nº 12.440/2011 e à Resolução Administrativa TST nº1470/2011, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Fazenda Nacional, estiverem com os prazos de validade vencidos, esta Câmara Municipal verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada;

- a)** Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de dois dias úteis, comprovar a situação de regularidade de que trata o subitem 9.1.2, mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em vigência, sob pena da contratação não se realizar;

9.1.3- Tratando-se de microempresa ou empresa de pequeno porte, cuja documentação de regularidade fiscal tenha indicado restrições à época da fase de habilitação, deverá comprovar, previamente à assinatura do contrato, **a regularidade fiscal**, no prazo de **cinco dias úteis**, a contar da publicação da homologação do certame, prorrogável por igual período, a critério desta Câmara Municipal, sob pena de a contratação não se realizar, decaindo do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital;

- a)** Não ocorrendo a regularização prevista no subitem anterior, retomar-se-ão, em sessão pública, os procedimentos relativos a esta licitação, sendo assegurado o exercício do direito de preferência na hipótese de haver participação de demais microempresas e empresas de pequeno porte, cujas propostas de preços se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 7.9.1;

- b)** Na hipótese de nenhuma microempresa e empresa de pequeno porte atender aos requisitos deste Edital, será convocada outra empresa na ordem de classificação das ofertas, com vistas à contratação;

9.1.4- A adjudicatária deverá assinar o instrumento de contrato no prazo de **cinco dias úteis** contados da **data de sua convocação**, podendo esse prazo ser prorrogado **uma** vez por igual período a

critério desta Câmara Municipal, sob pena de decair do direito à contratação se não o fizer, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.2- A Contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, assim como todas as condições de habilitação e qualificação, exigidas nesta licitação, apresentando documentação revalidada se, no curso do contrato, algum documento perder a validade.

10. PRAZOS, CONDIÇÕES E LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO

Estas condições estão estabelecidas na Cláusula Segunda da Minuta de Contrato - Anexo III deste edital

11.FORMA DE PAGAMENTO

As condições de faturamento/pagamento estão dispostas na Cláusula Terceira da Minuta de Contrato - Anexo III deste edital.

12.SANÇÕES

Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará sujeito às sanções previstas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02, demais penalidades legais, no Decreto nº 3.180, de 07 de julho de 2017 e na Lei 8666/93 e suas alterações.

13.DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1- As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os licitantes, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

13.2- O resultado do presente certame será divulgado no DOE e no endereço eletrônico www.camarasg.sp.gov.br.

13.3- Os demais atos pertinentes a esta licitação, passíveis de divulgação, serão publicados no Diário Oficial do Estado.

13.4- Após a emissão do recebimento definitivo, os envelopes contendo os documentos de habilitação das demais licitantes ficarão à disposição para retirada, pelo prazo de quinze dias, findo o qual serão inutilizados.

13.5- Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pelo Pregoeiro.

13.6- Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta licitação, não resolvidas na esfera administrativa,

será competente o foro da Comarca da cidade de Rio Claro – SP.

Santa Gertrudes,SP, 21 de fevereiro de 2022.

Marcelo Ferreira da Silva
Presidente da Câmara Municipal

ANEXO I – MEMORIAL DESCRITIVO
PREGÃO N° – CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA GERTRUDES – SP

MEMORIAL DESCRITIVO

- 1. Objeto:** Aquisição de veículo de passeio, zero quilômetro, tipo sedan, motor híbrido flex, na cor preta para utilização como carro oficial, destinado a Câmara Municipal de Santa Gertrudes.
- 2.** O presente Memorial Descritivo tem por finalidade estabelecer as características **mínimas** do objeto da presente licitação **que se constitui na aquisição de veículo novo.**
- 3.** As especificações técnicas mínimas para o veículo encontram-se no quadro seguinte:
 - 3.1.** Lote único

ITEM	Descrição das especificações técnicas mínimas
01	01 (um) veículo híbrido flex, zero quilômetro, caracterizado como veículo de passageiro/automotor, 2021/2022 ou 2022/2022, na cor preta, com capacidade para 5 (cinco) passageiros incluindo o motorista, quatro portas laterais e um acesso ao porta malas, conforme especificações detalhadas abaixo:

3.2.1. MOTORIZAÇÃO:

Combustível: gasolina e etanol (flex) ou etanol.

Potência mínima de 100 CV.

Motorização mínima de 1.8 com alimentação: injeção direta ou indireta ou injeção eletrônica.

Transmissão automática ou Transmissão continuamente variável (CVT).

3.2.3. MOTORIZAÇÃO ELÉTRICA:

Potência mínima de 70 CV .

3.2.4. Abastecimento de combustível:

Capacidade mínima de 40 litros.

3.2.5. SEGURANÇA:

Air bag duplo frontal (motorista / passageiro) e 2 (dois) air bags laterais.

Cintos de segurança dianteiros e traseiros (lateral e central) de três pontos.

Freios ABS com distribuição de força de frenagem (sistema EBD).

Câmera de ré na tela de LCD.

Alarme antifurto.

3.2.6. DIREÇÃO:

Direção assistida (hidráulica, eletro-hidráulica ou elétrica).

3.2.7. VENTILAÇÃO:

Sistema original de fábrica para ar condicionado digital, ventilação e aquecedor.

3.2.8. BANCOS E PORTA MALAS:

Bancos revestidos em material sintético ecológico ou em couro.

Apoio de cabeça dianteiro e traseiro com regulagem de altura.

Volume mínima do porta malas de 300 litros.

3.2.9. RODAS:

Rodas de liga leve no mínimo de R17

3.2.10. ACESSÓRIOS BÁSICOS:

Computador de bordo com funções mínimas de apontamento de consumo instantâneo, consumo médio, velocidade média, tempo de viagem, autonomia e temperatura externa.

Piloto automático (controle de velocidade).

Espelhos retrovisores externos com regulagem elétrica.

Vidros elétricos nas 4 (quatro) portas.

Sonorização original de fábrica com central multimídia.

Bluetooth.

Travamento e destravamento automático das portas.

Retrovisores rebatíveis mecânica ou eletricamente.

Jogos de tapetes.

3.2.11. ACABAMENTO

Para-choque, espelhos retrovisores, maçanetas externas na cor do veículo.

Vidros verdes e para-brisa com aplicação de película.

4. DA GARANTIA

4.1. Dos prazos e condições para atendimento da garantia:

4.1.2. A garantia do veículo a ser adquirido não poderá ser inferior a 03 (três) anos, contados a partir da data de sua entrega definitiva.

4.1.3. A empresa deverá fornecer certificado de garantia, por meio de documentos próprios, ou anotação impressa ou carimbada na Nota Fiscal.

4.1.4. Quanto às peças, demais componentes e baterias terão garantia igual ao fornecido pelo fabricante ou de, no mínimo, 90 (noventa) dias, o que for mais vantajoso para a Administração, prevalecendo à garantia oferecida pelo fabricante dos mesmos, se por prazo superior, e começa a correr findo o prazo da garantia legal de que trata o código de Defesa do Consumidor.

4.1.5. Todas as peças, dispositivos ou mesmo unidade que forem substituídas durante o período de garantia terão, a partir de sua entrega, todas as garantias previstas.

4.2. DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA

4.2.1. O serviço de assistência técnica deverá ser prestado mediante manutenção preventiva e corretiva no

veículo, de acordo com os manuais e normas técnicas específicas dos fabricantes, durante o prazo de garantia, com a finalidade de manter o veículo em perfeitas condições de uso.

4.2.2. O veículo ofertado deverá contar com o serviços de assistência técnica autorizada num raio de pelo menos 100 KM do município de Santa Gertrudes, SP.

4.2.3. Não será admitida a inserção de produtos usados, reciclados, recondicionados ou que não atendem aos padrões recomendados de qualidade.

5. JUSTIFICATIVA

5.1. A sociedade vem se defrontando com as mudanças climáticas que se anuncia como o maior problema ambiental do planeta. Além disso, o aumento da poluição nas cidades e nos grandes centros urbanos tem causado indiscutíveis prejuízos ao meio ambiente e a saúde da população. Outro fator relevante é o esgotamento das reservas de petróleo, fonte não renovável de energia, com consequente tendência ao aumento do valor do petróleo. Nesse Cenário, a utilização de fontes renováveis de energia para mobilidade urbana e a mudança de paradigma nos sistemas de transportes são importantes fatores para assegurar um futuro sustentável. Para tanto, a indústria automobilística tem investido em tecnologias com maior economia de combustível, redução de níveis de emissões de gases, sem perda no desempenho, segurança, confiabilidade e manutenção dos demais atributos aplicados aos veículos hoje em circulação. A sociedade esta necessitando resolver um problema ambiental, e o desenvolvimento de novas tecnologias veiculares como fonte alternativa de condução é essencial, pois a poluição veicular hoje representa 97% da poluição atmosférica. Segundos estudos realizados no Centro de Pesquisa e desenvolvimento da Petrobrás, os veículos híbridos apresentaram uma redução dos níveis de poluentes, apresentando valores muito baixos em relação aos veículos à combustão interna. A redução em relação aos veículos convencionais é de 50% a 80% na emissão de gases na atmosfera, em alguns casos chegando até a 90% (Technology Snapshot, 2003). A utilização da tecnologia hibrida vem atender a requisitos de ordem ambiental, e a preocupação de órgãos governamentais mundiais para reduzir a emissão de poluentes por veículos automotores. Desta forma, visando conscientizar os órgãos públicos para algo mais ambientalmente correto e mais eficiente energeticamente, sem contar com o apelo econômico, a Câmara Municipal de Santa Gertrudes vem introduzir o veículo hibrido em sua frota, através do presente procedimento licitatório.

6. PRAZO DE EXECUÇÃO, FORMA DE ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO SERVIÇO

6.1. A entrega do veículo será feita de forma imediata e integral, no prazo máximo de 90 (noventa) dias após a publicação do extrato do contrato.

6.1.2. Local da entrega: será realizada a entrega do objeto deste memorial na concessionária circunvizinha da cidade de Santa Gertrudes – SP ou na Rua São Pedro, nº 400, Jardim Luciana, Santa Gertrudes, SP, das 08h00 às 11h00 e das 13h00 às 16h00, de segunda a sexta-feira.

6.1.3. Deverá ser fornecido um jogo completo da documentação técnica, a qual deverá incluir as características técnicas do veículo, informações de operações, manutenção e serviços.

6.1.4. No recebimento do veículo serão feitos testes operacionais em todos os equipamentos e verificadas as

características do mesmo.

6.1.5. O veículo rejeitado nos testes de operacionalidade não será aceito e deverá ser reparado pelo vencedor do certame ou substituído em, no máximo 30 (trinta) dias corridos, a partir da data do comunicado formal de rejeição.

7. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

7.1. O veículo deverá estar em conformidade com as normas PROCONVE.

7.2. O veículo deverá ser dotado de todos os equipamentos exigidos pelo CONTRAN, bem como os de serie não especificados, com emplacamento e completa legalização em nome do adquirente.

7.3. É obrigatória a apresentação de catálogos técnicos dos produtos ofertados, contendo características dos veículos e prazo de garantia, quilometragem para as devidas revisões.

8. DO VALOR DE REFERÊNCIA

8.1. O valor de referência conforme o mercado atual é de R\$ 190.663,33.

**ANEXO II – PROPOSTA COMERCIAL PREGÃO N°002/2022
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA GERTRUDES**

DADOS DO LICITANTE		
Denominação:		
Endereço:		
CEP:	Fone:	CNPJ:
E-mail:		

PROPOSTA COMERCIAL					
Objeto: Aquisição de 1 (um) veículo conforme especificações do Edital					
ITEM	QUANTIDADE	COR	MARCA/MODELO	PREÇO (R\$)	UNITÁRIO
Único	1	Preto			
Valor Total					
Valor Unitário por extenso:					

Critério de julgamento: menor preço unitário do item único

O preço ofertado é fixo e irrevogável correspondendo ao preço final, considerados benefícios tais como isenções, imunidades ou outros de qualquer natureza.

Prazo de validade de nossa proposta é _____ (mínimo 60 dias) dias corridos, a contar da data prevista fixada para abertura dos envelopes documentação.

Deverão ser apresentados catálogos técnicos contendo as características dos veículos ofertados, prazo de garantia, quilometragem para as devidas revisões.

Indicar *site* do fabricante do veículo ofertado: _____.

DECLARO, sob as penas da lei, que o veículo ofertado atendem todas as especificações exigidas no Memorial Descritivo – Anexo I do edital.

DECLARO que o preço acima indicado contempla todos os custos diretos e indiretos incorridos na data da apresentação desta proposta incluindo, entre outros: tributos, encargos sociais, material, despesas administrativas, seguro, frete e lucro.

Local, ____, de _____ de 2022.

Assinatura do representante legal

Nome do representante legal:

RG do representante legal:

ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO n°

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA GERTRUDES E A EMPRESA__.

Por este instrumento, por um lado a CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA GERTRUDES pessoa jurídica de direito público interno, cadastrado no CNPJ sob o nº 01.778.361/0001-26 com sede à Rua São Pedro, nº 400, Jd. Luciana, Santa Gertrudes, SP, neste ato representada pelo seu Presidente, Excelentíssimo Senhor **MARCELO FERREIRA DA SILVA**, Brasileiro, casado, portador do CPF 373.146.297-49, RG 36.425.316-2 SSP/SP, residente e domiciliado em Santa Gertrudes - SP doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa__, inscrita no CNPJ sob nº_____, com sede na _____, nº _____, representada na forma de seu estatuto/contrato social pelo Senhor_____, RG nº_____e CPF nº_____, na qualidade de vencedora do Pregão nº xx/xx, nos termos das Leis Federais nº 10.520/02 e nº 8.666/93 e suas alterações, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, firmam o presente contrato, com as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1- Aquisição de x veículo, tipo novo, zero quilômetro, marca/tipo__, ano 2.0xx, modelo_____, na cor xxxxx, conforme especificações constantes do Anexo I - Memorial Descritivo do Edital do Pregão xx/xx.

1.2- Consideram-se partes integrantes do presente instrumento os seguintes documentos: a) Edital do Pregão nº XXXXXE seus anexos; b) Proposta de _____de____de 200xx apresentada pela **CONTRATADA**; c) Ata da sessão do Pregão nº xxxxxx.

1.3- O objeto do presente contrato poderá sofrer supressões ou acréscimos, mantidas as condições comerciais pactuadas, mediante termo de aditamento, com base no parágrafo 1º do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações.

CLÁUSULA SEGUNDA - PRAZOS, CONDIÇÕES E LOCAL DE ENTREGA

2.1- O veículo deverá ser entregue com todos os tributos, fretes, encargos sociais e quaisquer outras despesas que componham ou incidam no preço proposto, no prazo máximo **de até 90** (noventa) **dias corridos** contados a partir da data de publicação do extrato deste contrato;

2.1.1- O local da entrega será _____ (concessionária) ou na Rua São Pedro, nº 400, Jardim Luciana, Santa Gertrudes – SP.

2.2- Entregue, o objeto será recebido pela Gestora de Contratos designada pelo **CONTRATANTE**:

2.2.1- Provisoriamente, mediante recibo, após vistoria completa realizada no ato da entrega do veículo;

2.3- Constatadas irregularidades no objeto, a **Comissão de Licitações**, sem prejuízo das penalidades

cabíveis, poderá:

2.3.1- Rejeitá-lo se não corresponder às especificações do Memorial Descritivo - Anexo I do Edital, determinando sua substituição/correção;

2.3.2- Em caso de defeito, ou desconformidade com o Memorial Descritivo, será concedido o prazo de 30 (trinta) dias úteis para regularização ou substituição.

2.4- Após o recebimento do veículo, a nota fiscal será atestada e encaminhada para pagamento.

2.5- O prazo de garantia do veículo é de ____ (_____) meses contados da data do recebimento do veículo.

2.6- O recebimento definitivo não exime a **CONTRATADA** da responsabilidade civil pela solidez, segurança e funcionamento dos veículos fornecidos.

CLÁUSULA TERCEIRA - VALOR, RECURSOS E PAGAMENTO

3.1- O valor total do presente contrato é de R\$ ____ (_____),

3.1.1- O valor é fixo e irrevogável e correrá por conta da Funcional Programática 01.031.0001.2001.0000 – Regimento Interno da Câmara, Elemento: 4.4.90.52.00.

3.2- O pagamento será efetuado pela Tesouraria do **CONTRATANTE** em **15 (quinze) dias corridos** contados da data do recebimento do veículo, em conta-corrente ou boleto em nome da **CONTRATADA** no xxxxxxxx., mediante apresentação de nota fiscal/fatura.

3.3- Não será iniciada a contagem de prazo, caso os documentos fiscais apresentados ou outros necessários contenham incorreções.

3.4- A contagem do prazo para pagamento considerará dias corridos e terá início e encerramento em dias de expediente no **CONTRATANTE**.

3.5- Os documentos de cobrança da **CONTRATADA** deverão ser entregues para a Comissão de Licitações.

CLÁUSULA QUARTA - VIGÊNCIA CONTRATUAL

O prazo de vigência inicia-se a partir da data da publicação do extrato deste contrato, encerrando-se na data do recebimento definitivo do veículo.

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1- Manter, durante todo o prazo de vigência deste contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de qualificação e habilitação exigidas no respectivo procedimento licitatório.

5.2- Cumprir os termos do presente contrato e do Edital e seus anexos, na estrita observância da legislação pertinente em vigor.

5.3- Assegurar ao **CONTRATANTE** o prazo mínimo de garantia do veículo apresentado em sua proposta comercial.

5.4- Deverão estar disponíveis serviços de assistência técnica em todo o Estado de São Paulo, através de oficinas técnicas autorizadas ou, ainda, unidades móveis, sendo que, nesta última hipótese, o

atendimento deverá ser prestado no prazo máximo de **três dias úteis**;

5.5- Manter ampla rede de assistência técnica, apresentando no momento da contratação a relação de rede de oficinas autorizadas no Estado, com capacidade para realizar, durante o período de garantia, a manutenção do veículo, devendo, caso seja necessário, enviar equipe volante até a sede do **CONTRATANTE**, onde o serviço será executado, ou conduzir o veículo até a localidade mais próxima onde o serviço poderá ser prestado, sendo que a responsabilidade e os custos de transporte, que nesse caso deverá ser realizado em veículo apropriado (caminhão cegonha ou guincho plataforma), correrão única e exclusivamente por conta da **CONTRATADA**.

5.6- Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, de transportes e taxas de administração, bem como despesas e obrigações financeiras de qualquer natureza, despesas operacionais com frete, carga e descarga, resultantes da execução deste contrato, sendo que sua inadimplência, com relação a tais encargos, não transfere ao **CONTRATANTE** o ônus pelo seu pagamento, não podendo onerar o presente contrato.

5.7- Responder por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados diretamente ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste contrato, correndo à suas expensas os ressarcimentos e indenizações devidos.

CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1- Assegurar à **CONTRATADA** o recebimento do crédito decorrente do adimplemento de suas obrigações.

6.2- Indicar formalmente o responsável pelo recebimento do objeto, acompanhamento e fiscalização da execução contratual.

CLÁUSULA SÉTIMA - RESCISÃO E SANÇÕES

7.1- O não cumprimento das obrigações assumidas no presente contrato ou a ocorrência da hipótese prevista no artigo 78, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada pela Lei Federal nº 8.883, de 8 de junho de 1994, autorizam, desde já, o **CONTRATANTE** a rescindir unilateralmente este contrato, independentemente de interpelação judicial, sendo aplicável, ainda, o disposto nos artigos 79 e 80 do mesmo diploma legal, no caso de inadimplência.

7.2- A **CONTRATADA** se sujeita à sanção prevista no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Resolução nº 5, de 1º de setembro de 1993 - atualizada pela Resolução nº 03/08, do **CONTRATANTE**, parte integrante do Edital que a **CONTRATADA** declara conhecer integralmente.

7.3- No caso de rescisão administrativa unilateral, a **CONTRATADA** reconhecerá o direito do **CONTRATANTE** de aplicar as sanções previstas no Edital, neste ajuste e na legislação que rege a licitação.

7.4- A aplicação de quaisquer sanções referidas neste dispositivo não afasta a responsabilização civil da **CONTRATADA** pela inexecução total ou parcial do objeto ou pela inadimplência.

7.5- A aplicação das penalidades não impede o **CONTRATANTE** de exigir o ressarcimento dos prejuízos efetivados decorrentes de quaisquer faltas cometidas pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA OITAVA - FORO

8.1- O foro competente para toda e qualquer ação oriunda do presente contrato é o de Rio Claro - SP.

8.2- E, por estarem justas e contratadas, assinam o presente contrato em três vias de igual forma e teor, para todos os fins de direito.

xxxxx, _____ de _____ de xx

CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:
RG nº

Nome:
RG nº

**ANEXO IV
DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO**

Eu____(nome completo), RG nº_____, representante legal da_____(denominação da pessoa jurídica), CNPJ nº_____, DECLARO, sob as penas da lei, que a empresa cumpre plenamente as exigências e os requisitos de habilitação previstos no instrumento convocatório do Pregão nº002/2022, realizado pela Câmara Municipal de Santa Gertrudes, SP, inexistindo qualquer fato impeditivo de sua participação neste certame.

Santa Gertrudes, ____, de _____ de 2022.

Nome do Representante: _____

RG

ANEXO V
DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

DECLARO, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas no ato convocatório, que a empresa _____ (denominação da pessoa jurídica), CNPJ nº _____ é microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do enquadramento previsto nos incisos I e II e §§ 1º e 2º, bem como não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência como critério de desempate e comprovar a regularidade fiscal nos termos previstos nos artigos 42 a 45 da referida lei complementar, no procedimento licitatório do Pregão nº 002/2022 , realizado pela Câmara Municipal de Santa Gertrudes – SP.

Santa Gertrudes, _____ de _____ de 2022.

Assinatura do Representante Legal

ANEXO VI
DECLARAÇÃO QUE ATENDE AO DECRETO 4.358, DE 05/09/2002 –
PROTEÇÃO AO TRABALHO DO MENOR E DO ADOLESCENTE

....., inscrito no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº....., DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei no 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

(data)

(representante legal)

ANEXO VII
TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO
CONTRATOS OU ATOS JURÍDICOS ANÁLOGOS

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA GERTRUDES

CONTRATADO: _____

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): _____

OBJETO: Aquisição de veículo de passeio, zero quilômetro, tipo sedan, motor híbrido flex, na cor preta para utilização como carro oficial, destinado a Câmara Municipal de Santa Gertrudes, conforme Edital e seus anexos.

ADVOGADO (S)/ Nº OAB: (*) _____

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido estará sujeito a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) Qualquer alteração de endereço – residencial ou eletrônico – ou telefones de contato deverá ser comunicada pelo interessado, peticionando no processo.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: _____

GESTOR DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____ RG: _____

Data de Nascimento: _____

Endereço residencial completo: _____

E-mail institucional : _____

E-mail pessoal: _____

Telefone(s): _____

Assinatura: _____

Responsáveis que assinaram o ajuste:

Pelo CONTRATANTE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____ RG: _____

Data de Nascimento: _____

Endereço residencial completo: _____

E-mail institucional : _____

E-mail pessoal: _____

Telefone(s): _____

Assinatura: _____

Pela CONTRATADA:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____ RG: _____

Data de Nascimento: _____

Endereço residencial completo: _____

E-mail pessoal: _____

Telefone(s): _____

Assinatura: _____

ANEXO VIII
DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TCE-SP

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA GERTRUDES

CNPJ Nº: 01.778.361/0001-26

CONTRATADA: _____

CNPJ Nº: _____

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): _____

DATA DA ASSINATURA: _____

VIGÊNCIA: - _____

OBJETO: Aquisição de veículo de passeio, zero quilômetro, tipo sedan, motor híbrido flex, na cor preta para utilização como carro oficial, destinado a Câmara Municipal de Santa Gertrudes, conforme Edital e seus anexos.

VALOR (R\$): _____.

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados.

Santa Gertrudes, _____

CONTRATANTE

CONTRATADA